

# “FAMÍLIA AINDA IMPORTA”<sup>1</sup>: UMA PERSPECTIVA SOCIOLOGICA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (CMC) 2020

Priscilla Cidral da Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como proposta delinear os caminhos do poder político e das relações de parentesco das famílias paranaenses nos desfechos das eleições para os cargos de vereadoras da Câmara Municipal de Curitiba em 2020, bem como lançar luz sobre a construção dos “capitais políticos” diante da participação feminina no pleito político deste estado. O intuito é compreender as conexões da política paranaense que tomam corpo e atuam nos caminhos da construção política do estado paranaense, tanto na manutenção do poder, como na participação das famílias tradicionais no cenário político atual. Para compreender as eleições ocorridas no ano de 2020, e suas relações político familiares na manutenção dos seus capitais políticos e sociais utilizamos o método prosopográfico de análise dos perfis das candidatas femininas aos cargos de vereadoras para Câmara Municipal de Curitiba (CMC) gestão 2021-2024.

**Palavras chave:** Eleições, Família, Nepotismo, Curitiba.

## “FAMILY STILL MATTERS”: A SOCIOLOGICAL PERSPECTIVE ON WOMEN'S PARTICIPATION IN THE 2020 CURITIBA CITY COUNCIL (CMC) ELECTIONS

**Abstract:** This article aims to outline the paths of political power and the kinship relationships of families from Paraná in the outcome of the elections for the positions of councilors of the Municipality of Curitiba in 2020, as well as to shed light on the construction of “political capitals” in the face of female participation in the political election of this state. The aim is to understand the connections of Paraná politics that take shape and act in the ways of political construction of the Paraná state, both in the maintenance of power and in the participation of traditional families in the current political scenario. To understand the elections that took place in 2020, and their political family relationships in the maintenance of their political and social capital, we used the prosopographic method of analyzing the profiles of female candidates for the positions of councilors for the Municipality of Curitiba (CMC) management 2021-2024.

**Keywords:** Elections, Family, Nepotism, Curitiba.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Frase relativa ao texto de OLIVEIRA, 2012, p.13.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, atualmente professora da disciplina de Sociologia pela SEED/PR; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFPR. Contato: [costacidralpriscilla@gmail.com](mailto:costacidralpriscilla@gmail.com)

O presente artigo tem como proposta delinear os caminhos do poder político e das relações de parentesco das famílias paranaenses nos desfechos das eleições para os cargos de vereadoras da Câmara Municipal de Curitiba, e para o cargo de prefeito da capital do Estado do Paraná em 2020, bem como lançar luz sobre a construção dos “capitais políticos” diante da participação feminina no pleito político do estado. O intuito é compreender as conexões da política que tomam corpo e atuam nos caminhos da construção política da sociedade paranaense, tanto na manutenção do poder, como na participação das famílias históricas e tradicionais no cenário político atual, mais especificamente do campo político<sup>3</sup>.

No decorrer da década de 1990, alguns estudos sobre a política paranaense deram-se a partir das trajetórias das famílias mais proeminentes e históricas do estado. O estudo das relações de poder político e de parentesco, permitem abordagens que dão conta de realidades sociais e de alianças familiares, onde o “o campo da política<sup>4</sup> tornar-se um espaço priorizado para as famílias, de certa forma as mais notáveis de cada lugar”. (GOULART, 2018, p.65).

Suas organizações e conexões político-familiares tomam corpo e atuam nos caminhos da construção política da sociedade paranaense, tanto para a manutenção dos capitais sociais, culturais e simbólicos, como nas formas de poder que se perpetuam na participação da política local.

Para Lerner (2020), as mulheres, a partir das suas relações familiares, consolidam e cooperam com a organização deste sistema político-patriarcal<sup>5</sup>, através da “privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e políticos e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam”. (LERNER, 2020, p.18). O fato é que sem a sua cooperação, o processo de subordinação ao sistema patriarcal não se consolidaria.

---

<sup>3</sup> “O campo político é definido como um espaço relativamente autônomo, dependente de um universo de regras, crenças e papéis próprios. É o lugar em que se geram – na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos – produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher” (BOURDIEU, 1981 a In: CATANI, |et al| (Org.), 2017, p.91).

<sup>4</sup> Segundo Bourdieu, “o campo político, diferentemente dos campos de produção cultural e científica, não pode, pois, se libertar totalmente dos interesses sociais e dos grupos em nome dos quais a política se organiza” (BOURDIEU, 1981 a In: CATANI, |et al| (Org.), 2017, p.92).

<sup>5</sup> “Com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica virou a família patriarcal, na qual o trabalho doméstico da mulher tornou-se um serviço privado; a esposa virou a principal criada, excluída de toda participação na produção social.” (LERNER, 2019, p.49).

Diante destas proposituras, trazemos para o centro do debate o reflexo a respeito de uma consciência do pensamento do antigo regime, mantenedora de privilégios na forma do nepotismo<sup>6</sup> onde percebemos os laços e alianças estabelecidos entre as famílias tradicionais e dominantes.

Conforme esclarece Oliveira (2016), o nepotismo<sup>7</sup> é um identificador de pertencimento da classe dominante. Sendo o parentesco um portal de ascensão social, que configura pertencimento e ingresso a círculos fechados e seletos, onde as mulheres possuem um papel importante nas “extensas redes sociais de convivência entre estes grupos” (OLIVEIRA, 2016).

As informações coletadas sobre os resultados das eleições municipais na capital paranaense, realizadas em 2020, mostram que houve uma renovação em torno de 47% do poder legislativo (composto por 38 cadeiras na Câmara Municipal de Curitiba – CMC), conforme dados apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O prefeito reeleito no mesmo pleito eleitoral, Rafael Grega, dos Democratas (DEM), tem aproximadamente dezesseis vereadores, e a liderança da Câmara (comandada pelo vereador Pier Petruzzello do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) entre os quadros que compõem sua base aliada.

Observando a composição da 18ª legislatura paranaense, com mandato previsto para os anos de 2020 a 2024, é possível observar que foram eleitos para a Câmara Municipal da capital, trinta homens (78,95% do total de cadeiras), e oito mulheres (21,05% do total de cadeiras). Quando verificamos a participação feminina na política, ressalta-se que, no exercício da cidadania, a assimetria do poder restringe a participação feminina, e a sua atuação na política.

O presente artigo conta com pesquisas realizadas a partir de fontes de websites oficiais dos candidatos ao pleito de 2020, dos endereços eletrônicos do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, bem como do site da Câmara Municipal de Curitiba. Nosso objetivo é a análise e a compreensão prosopográfica do perfil das parlamentares eleitas ao cargo de vereadoras, em conjunto com a investigação das instituições políticas e partidárias que as mesmas fazem parte.

---

<sup>6</sup> “O Nepotismo ocorre quando um agente público usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes. O nepotismo é vedado, primeiramente, pela própria Constituição Federal, pois contraria os princípios da impessoalidade, moralidade e igualdade. Algumas legislações, de forma esparsa, como a Lei nº 8.112, de 1990 também tratam do assunto, assim como a Súmula Vinculante n 13, do Supremo Tribunal Federal. No âmbito do Poder Executivo Federal, o assunto foi regulamentado pelo Decreto n 7.203, de junho de 2010. É a partir dele que iremos discutir as situações de nepotismo, as exceções, as definições de grau de parentesco e o papel dos órgãos e entidades em sua prevenção e combate.” (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2022, p?).

<sup>7</sup> “Juratan Alves da Silva (2016), ao descrever a família política Pinheiro em Ibirité, Minas Gerais, comenta sobre um nepotismo eleitoral, isto é, um político vitorioso da família que vai abrindo caminho para outros parentes participarem do poder.” (ALVES, 2018, p.122).

Para compreender as eleições ocorridas em 2020, e suas relações político familiares na permanência dos seus capitais políticos e sociais, utilizamos o método prosopográfico<sup>8</sup> de coleta de dados, e de análise dos perfis das candidatas eleitas ao cargo de vereadora no pleito de 2020.

A partir da utilização do método prosopográfico, observamos os dados genealógicos e biográficos das candidatas aos cargos na Câmara Municipal de Curitiba, e para a prefeitura desta capital, destacando a formação acadêmica, a filiação partidária, a profissão e as conexões familiares-políticas das agentes em questão. O objetivo é observar de que forma as eleições ocorridas no ano de 2020 foram utilizadas como instrumento para a manutenção das relações de parentesco, e de que modo os partidos políticos na qual estas mulheres estavam inseridas distribuíram o fundo partidário. A coleta de dados qualitativos e quantitativos foi realizada a partir dos registros dos endereços eletrônicos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), da Câmara Municipal de Curitiba, websites oficiais das candidatas e fontes jornalísticas da capital paranaense que realizaram a cobertura das eleições em 2020, tais como Brasil de Fato (Paraná); Gazeta do Povo e G1 vinculado a RPC-PR (Rede Paranaense de Comunicação do Estado do Paraná), entre outros meios de comunicação.

O artigo conta com estudos realizados a partir de alguns aportes teóricos, para a compreensão do contexto das relações políticas e de parentesco, das famílias dominantes que atuam no estado paranaense. Além disso, analisamos alguns aspectos do processo político que envolveram as eleições brasileiras no ano de 2020, no que tange à participação das mulheres no pleito nacional e local, observando as dificuldades da participação feminina no processo político com equidade e simetria.

### **Famílias Dominantes<sup>9</sup>: teoria e conceito.**

---

<sup>8</sup> “A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação.” (STONE, 2011, p.115).

<sup>9</sup> Para Oliveira, “as famílias dominantes são células desta oligarquia financeira e rentista que abdicou de qualquer projeto de nação para defender seus interesses mais imediatos.” (OLIVEIRA, 2018, p14).

As pesquisas sociológicas colaboram para a compreensão das trajetórias individuais e coletivas, e de suas relações com suas instituições sociais, as quais os agentes sociais pertencem e frequentam durante toda a sua vida. A política torna-se um campo profícuo para tais estudos.

No interior das instituições sociais, o posicionamento destes indivíduos e de suas famílias com suas tradições de classe e nomes e sobrenomes distintos, são marcadas por um ecossistema político integrado e duradouro, que permanece por gerações numa clara ligação com o desenvolvimento e a manutenção do poder e das relações de parentesco.

Para Oliveira, as famílias dominantes são células desta oligarquia financeira e rentista que abdicou de qualquer projeto de nação para defender seus interesses mais imediatos. (OLIVEIRA, 2018, p14). Podemos considerar que a família “não apenas espelha a ordem do Estado e educa os filhos para que a sigam, mas também cria e sempre reforça essa ordem. (LERNER, 2019, p.271).

As ciências biológicas compreendem por ecossistemas as,

Redes dentro de redes, que possibilitam que em cada organismo envolvido neste processo dialógico, sejam encontrados novos organismos vivos, com igual capacidade de influência e reprodução. (HERRERA, 2018, p. 02.).

Considero, portanto, que os ecossistemas políticos são estas estruturas conectadas dentro de estruturas familiares, políticas, sociais, culturais, onde os grupos a qual pertencem se protegem e se retroalimentam ao longo da sua história, perpetuando-se no interior das instituições sociais e políticas, se adaptando às intempéries da vida social e, em muitos casos, ocultas e silenciosas, onde as possibilidades de ruptura de seus laços são quase mínimas.

Estas relações sociais, ou como considero chamá-las de ecossistemas políticos, são, portanto, condições perfeitas para o aparecimento de práticas que cooperam para a manutenção do poder político e das alianças que se dão no interior destas estruturas.

Assim, Oliveira (2009) compreende que os ricos são e permanecem nesta condição, porquê de forma pensada consideram a estrutura social como ponte para os seus interesses, e

Apresentam formas de riqueza social e de patrimônios ocultos aos olhares investigativos. A sociedade e o Estado protegem a privacidade das classes altas. A exposição de riquezas não é visível porque gera receios em relação a criminosos e sequestradores, concorrentes no mercado ou na política e mesmo apreensões em relação à tributação oficial. As formas sociais da riqueza, em termos econômicos, podem ser de várias formas, tais como propriedades urbanas e rurais, empresas, ativos financeiros variados, contas bancárias, objetos de arte, objetos na forma de joias, outros objetos de valor e mesmo metais preciosos em espécie. (OLIVEIRA, 2009, p.02 citado por VALENCIANO; LEAL e SILVA, 2015, p.360).

Interessante observar que estas relações mantidas por ecossistemas políticos próprios estão sempre presentes no campo político. Neste campo político, as relações familiares estão marcadas em sua origem, sobretudo pela escravização africana e pelo genocídio dos povos originários, durante e após o Período Colonial, perpetuando-se como produtoras e reprodutoras do aprofundamento destas desigualdades sociais e políticas. Como destaca Oliveira (2017), o reconhecimento das raízes fundadoras do Brasil, tão jovem em idade e antiga nos ordenamentos de herança portuguesa, esclarecem de certa forma as origens de tais práticas político-familiares.

As dimensões das relações sociais e políticas nos processos históricos são marcos fundamentais e que explicam a gênese da sociedade desde o período colonial, com dinâmicas, inércias e continuidades decisivas para a compreensão e o entendimento de vários fenômenos sociais e políticos. As próprias explicações da formação e reprodução das desigualdades sociais históricas são entendidas nas ações dos grupos superiores dominantes. (OLIVEIRA, 2015, p.04)

Oliveira (2015) observa que,

Trata-se de uma classe social histórica, que transmite e reproduz de várias maneiras seu *habitus* de classe e seu ethos político para as novas gerações. A velha classe dominante também transmite as velhas culturas do “familismo” e do “nepotismo”<sup>10</sup> para as novas famílias do poder, muitas das quais possuam origens migrantes, origens ascendentes e acabam casando com as velhas famílias do poder. (OLIVEIRA, 2015, p. 02).

Logo, o surgimento e a manutenção deste sistema de ordenamento político-familiar está marcado pelas suas práticas de classe, como o nepotismo, hegemonia masculina<sup>11</sup>, *habitus*<sup>12</sup>, e são consideradas com frequência como ferramentas do *modus operandi* dessas famílias históricas e tradicionais. As atuais pesquisas empíricas desenvolvidas pela Sociologia Crítica, sobre as relações de poder das famílias<sup>13</sup> no cenário político, a partir da década de 1990, buscam desvendar as

---

<sup>10</sup> “Para Ricardo Costa de Oliveira, o nepotismo ocorre em sociedades que não se encontram no estágio moderno, o que ele define como uma relação social e política plasmada em ambientes institucionais pré-modernos assolados pela patronagem e pelo clientelismo” (OLIVEIRA, 2012, p.9)

<sup>11</sup> “O conceito de hegemonia deve ser entendido como uma vigência cultural, ou seja, um fenômeno cultural no qual há a predominância de determinadas ideias, valores, noosfera (especialmente ideologias), concepções, representações cotidianas, etc. A hegemonia significa que diversas manifestações culturais são produzidas constantemente numa determinada sociedade ou em um setor delimitado dela, sendo aceitas e reproduzidas pela maioria da população ou por um setor da mesma. Em síntese, a hegemonia é uma vigência cultural, marcada pelo domínio de uma mentalidade e episteme e seus derivados que se impõe à sociedade ou a setores dela.” (VIANA, 2018, p.82 At al. MAIA, 2021, p.53)

<sup>12</sup> “O *habitus* assegura a interiorização da exterioridade e adequa a ação do agente à sua posição, tem-se que as diferenças de classe se objetivam nas disposições que possuem os indivíduos em consumir legitimamente as obras consideradas legítimas.” (BOURDIEU, 2003 p.13)

<sup>13</sup> “O poder das famílias a que me refiro está vinculado às famílias do poder. Estas são as famílias que possuem o poder de decisão a partir da posição que ocupam no espaço social. Refiro-me às famílias que constituem, no Brasil, o poder econômico, político, jurídico e midiático. Estas que formam o que denominamos de classe dominante. São famílias que detêm o poder de decisão e de influência sobre os rumos tomados no mundo social, a partir das duas principais instituições modernas: estado e mercado.” (OLIVEIRA, 2012; MONTEIRO, 2016 at al. MONTEIRO, 2016, p.219)



genealogias e os laços que unem as estruturas das relações de poder familiar com o poder político, no intuito de trazer à luz a manutenção dos privilégios políticos de determinadas classes sociais.

Estruturas que se perpetuam historicamente a partir da dominação de uma “casta”, embora não se apresentem socialmente como tal, se organizam e representam-se desta forma, cuja origem remonta às famílias portuguesas do início da formação do Estado brasileiro com raízes profundas em nossas instituições políticas, judiciárias, econômicas e sociais. Suas genealogias e suas ordens de poder político na manutenção do status quo, perpetuam-se na contínua prática do nepotismo, pois valendo-se das fragilidades das instituições políticas e das profundas desigualdades sociais, conseguiram adaptar-se aos dias atuais.

Portanto, no que tange ao entendimento dos ecossistemas políticos das famílias patriarcais<sup>14</sup>, e suas imbricações com o poder local, observa-se a formação de uma classe social bem estruturada, com características comuns que as agrupam. Um estilo de vida que permeia as esferas públicas e privadas amalgamadas com as instituições sociais e, estas permeadas por ações e decisões das classes dominantes. Estruturas de ecossistemas de poder e de dominação específicos, que são alicerçados no interior das famílias conservadoras paranaenses, e manifestam-se em suas trajetórias políticas.

Daniel Bertaux (1979), entende que estas inquietações sobre a família, enquanto conceito sociológico, tornam-se relevantes para considerar a construção das carreiras políticas. A exemplo de sobrenomes conhecidos no Estado do Paraná como Betega, Slaviero, Khury, Borghetti, Hoffman, Lupion, Richa, Camargo<sup>15</sup>, e tantos outros que, no decorrer de sua trajetória, tornaram-se herdeiros dos valores de classe, das suas tradições e, especialmente, das heranças simbólicas, econômicas, políticas e culturais construídas por seus antepassados.

---

<sup>14</sup> Pontuando essas conexões familiares de tradição patriarcal, “a marginalização das mulheres nesse esforço as coloca em uma posição ímpar e segregada. As mulheres são maioria, mas são ordenadas em instituições sociais como se fossem minoria” (LERNER, 2020, p.25), ponto de reflexão para compreender não apenas das estruturas de domínio, mas a convívio das famílias patriarcais com os meandros da política e da submissão feminina e o seu papel no interior destas instituições.

<sup>15</sup> Oliveira (2012) destaca, “62 famílias de poder contemporâneo no Paraná”. São elas: família Richa, Requião De Mello E Silva, Lerner, Dias, Curi, Sotto Maior, Camargo, Guimarães, Barros, Belinati, Mattos Leão, Silvestri, Ribas Carli, Moreira Rodrigues, Rossoni, Justus, Macedo, Portes, Name, Abib, Anibelli, Lupion, Pessuti, Stephanes, Brandão, Braga, Dirceu Oliveira E Silva, Vanhoni, Carvalho, César, Almeida, Pimentel, Rüppel, Iatauro, Martins De Oliveira, Tureck, Bueno (De Cascavel), Bueno, Fruet, Crisóstomo Da Silva, Delazari, Guimarães (De Cianorte), Rocha Loures, Arns, Nogueira Soares, Campelo, Maron, Derosso, Leprevost, Moura, Isfer, Vidal, Rischbieter, Schulman, Dal Prá, Massa (Ratinho), Cruz De Oliveira, Carvalho, Silva, Passos, Stica, Verri, Holleben De Mello (OLIVEIRA, 2012, p.222-239).

Construções sociais mantidas também por meio dos casamentos onde “todo casamento também é obra de relações antroponômicas<sup>16</sup>, e se possível devem ser controladas pelos pais, inclusive para incorporar novos membros, como o dos imigrantes ascendentes economicamente”. (BERTOUX, 1979, p. 12-15). Práticas até hoje vivenciadas no interior das classes dominantes. Para Oliveira (2015), caracterizar estas construções é considerar que estejam configuradas “em forma de teia”, misturando o público e o privado, incorporado nas redes de união familiar e parental os interesses do Estado. Nesse contexto, a família patriarcal como classe social fundadora do Brasil, estruturada em suas relações políticas de poder, de laços familiares e de casamento, demonstra como “os nomes das grandes famílias pertencentes às classes dominantes imbricadas com as estruturas de poder”, conservam a sua hereditariedade e continuidade política das velhas oligarquias brasileiras. (Oliveira, 2015, p.335).

Para Goulart (2016), estas práticas oligárquicas dos coronéis que atuaram no estado do Paraná entre 1880 a 1930, confirmam que as genealogias familiares são mecanismos para o entendimento das trajetórias e do ingresso na política local. A posse destas riquezas e influências, transformam-se em conexões políticas e familiares que as mantêm e as sustentam em toda a sua trajetória<sup>17</sup> política.

Segundo Oliveira, no decurso destas conexões políticas e familiares o “nepotismo, clientelismo e diferentes artifícios são utilizados para as finalidades e conclusões das redes políticas, que operam muitas vezes nos limites da legalidade, e por vezes, na ilegalidade” (OLIVEIRA, 2007, p.165). O que se impõe mediante os princípios da conciliação, manutenção e confiabilidade entre os atores que os sustentam em sua teia de relações.

Os sobrenomes tradicionais com suas genealogias de ascendência masculina<sup>18</sup> no interior do campo político completam este quadro, “seja na ocupação de cargos eletivos nas diversas esferas de poder, como também em funções de nomeação, na burocracia estatal.” (OLIVEIRA et al, 2017, p.165), práticas que não condizem com o “ideário político republicano preconizado a separação entre as esferas pública e privada” (OLIVEIRA et al, 2017, p.169). De fato, a família explica e ainda importa tendo em vista que “as estruturas de parentesco formam parte da realidade social e

---

<sup>16</sup>“A produção e distribuição antroponômica dada pela família são determinantes na construção da “carreira política”. (BERTOUX, 1979, p. 69)

<sup>17</sup> Bourdieu demonstra através de seus estudos que “uma trajetória pode ser entendida como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (RESENDE; LAIBIDA, 2016)

<sup>18</sup> Através da revolução urbana, os Estados arcaicos caracterizaram-se e tem a sua origem pelo surgimento da propriedade, produção de bens e pelo comércio, bem como, pelo aparecimento do urbanismo, elites militares, realeza, institucionalização da escravidão, e “transição de dominância por parentesco a famílias patriarcais como principal forma de distribuição de posses e poder” (LERNER, 2020, p.82).



política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do Poder Executivo e formam redes atravessando o Poder Legislativo, com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações.” (OLIVEIRA, 2012, p.13)

É salutar ressaltar que para Lerner (2020) ao se pensar a família e o patriarcado como processo histórico estabelecido e institucionalizado considera-se que este grupo de atores “mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis”. Para a autora, o Estado, desde sua formação, tinha interesse na manutenção da família patriarcal sustentada por meio da dependência econômica e força exercida pelos homens, neste sentido, o patriarcado valendo-se destas construções sociais sustentou-se por meio da conformidade e poder de adaptação que vinha dos benefícios de pertencimento de classe. (LERNER, 2020, p.20)

Portanto, o lugar de destaque da família patriarcal, oligárquica e tradicional no Brasil Colonial perdura até os nossos dias atuais. As elites formadoras da classe dominante, são silenciosas e constituem uma fonte de pesquisa devido ao seu papel de transmissora do *habitus* social, dentro da amplitude de seus campos de atuação. É preciso, portanto, não somente ponderar as esferas econômicas, mas observar atentamente que estes elos de ligação se unem aos capitais sociais, culturais e simbólicos. E que o *habitus*, segundo Bourdieu, torna-se um referencial definidor da trajetória social, política e familiar, que permite atinar e relacionar que “não existe, pois uma neutralidade das ações, pois toda realização pressupõe necessariamente uma série de interesses (os mais diversos) em jogo.” (OLIVEIRA, 2003, p.22).

Em Bourdieu, o *habitus* e o “campo político se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio.” (BOURDIEU, 1983, p.11). Um espaço de lutas e de forças, que possuem atores ou agentes sociais com interesses e condutas que correspondem diretamente à sua posição no conjunto a qual pertencem. Nesse sentido, uma trajetória política<sup>19</sup> das famílias históricas e dominantes pode ser observada como “a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (BOURDIEU, 1996, p.292 at al RESENDE, 2014,

---

<sup>19</sup> “Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*: cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis, marca uma etapa de envelhecimento social que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos, que representam a história de uma vida.” (BOURDIEU, 1996, p.292 at al: RESENDE, 2014, p.26)

p.25). Sendo a distribuição dos capitais econômico, cultural, político, entre outros o que possibilita a legitimação de uma determinada ação em um determinado campo.

Onde a política é um campo hegemônico da representatividade masculina, da representatividade de uma classe social, a participação e o ingresso da mulher na política institucional ocorre, a partir destes ritos democrático. No caso brasileiro, sendo uma República Federativa com regime político fundado nos preceitos democráticos, o campo político possui alternância de poder e eleições livres, suas instituições políticas possuem como preceito a Constituição de 1988, uma República Federativa que dispõe de 33 partidos políticos<sup>20</sup> que indicam candidaturas e disputam o poder político.

Nas eleições brasileiras podemos observar que as mulheres encontram dificuldades para participar deste processo político com equidade e simetria, pois ainda que as leis garantam e assegurem sua participação e recebimentos de Recursos dos Fundos Partidários com 30% das cotas, percebe-se que estas participações encontram resistências e dificuldades, que muitas vezes tornam a distribuição do fundo partidário desigual, criando problemas burocráticos, os quais impedem a participação plena e com equidade das mulheres na política.

Em 2020 no pleito municipal no Brasil, segundo informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), verificou-se que a participação das mulheres foi muito abaixo do esperado, com 9.196 vereadoras eleitas, correspondendo cerca de 16% do total, versus 48.265 de vereadores homens, o que corresponde a 84% do total.

Na Tabela comparativa abaixo, divulgada pelo TSE, podemos observar o número de vereadoras e vereadores eleitos nas capitais durante as eleições de 2020.

TABELA 1. ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2020 PARA OS CARGOS DE VEREADORAS E VEREADORES NAS CAPITAIS BRASILEIRAS.

| Capitais            | Vereadoras eleitas | Vereadores eleitos | Total     |
|---------------------|--------------------|--------------------|-----------|
| Aracaju (SE)        | 4 (17%)            | 20 (83%)           | 24 (100%) |
| Belém (PA)          | 6 (17%)            | 29 (83%)           | 35 (100%) |
| Belo Horizonte (MG) | 11( 63%)           | 30 (63%)           | 41 (100%) |
| Boa Vista (RR)      | 4 (17%)            | 19 (83%)           | 23 (100%) |

<sup>20</sup> De acordo com o site do Tribunal Regional (TSE) no Brasil consta registrados em 2021 os seguintes partidos políticos: MDB; PTB; PDT; PT; DEM; PCdoB; PSB; PSDB; PTC; PSC; PMN; Cidadania; PV; AVANTE; PP; PSTU; PCB; PRTB; DC; PCO; PODE; PSL; Republicanos; PSOL; PL; Patriota; PROS; Solidariedade; NOVO; Rede; PMB; UP.

|                     |                  |                  |                   |
|---------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Brasília (DF)       | 0 (0%)           | 0 (0%)           | 0 (100%)          |
| Campo Grande (MS)   | 2 (7%)           | 27(93%)          | 29 (100%)         |
| Cuiabá (MT)         | 2(8%)            | 23 (92%)         | 25 (100%)         |
| Curitiba (PR)       | 8 (21%)          | 30 (79%)         | 38 (100%)         |
| Florianópolis (SC)  | 5 (22%)          | 18 (78%)         | 23 (100%)         |
| Fortaleza (CE)      | 9 (21%)          | 34 (79%)         | 43 (100%)         |
| Goiânia (GO)        | 5 (14%)          | 30 (86%)         | 35 (100%)         |
| João Pessoa (PB)    | 1 (4%)           | 26 (96%)         | 27 (100%)         |
| Macapá (AM)         | 3 (6%)           | 17 (6%)          | 20 (100%)         |
| Maceió (AL)         | 4 (16%)          | 21 (84%)         | 25 (100%)         |
| Manaus (AM)         | 4 (10%)          | 37 (90%)         | 41 (100%)         |
| Natal (RN)          | 7 (24%)          | 22 (76%)         | 29 (100%)         |
| Palmas (TO)         | 4 (21%)          | 15 (79%)         | 19 (100%)         |
| Palmas (TO)         | 3 (14%)          | 18 (86%)         | 21 (100%)         |
| Porto Alegre (RS)   | 11 (31%)         | 25 (69%)         | 36 (100%)         |
| Porto Velho (RO)    | 2 (10%)          | 18 (90%)         | 20 (100%)         |
| Recife (PE)         | 7 (18%)          | 32 (82%)         | 39 (100%)         |
| Rio Branco (AC)     | 2 (38%)          | 15 (38%)         | 19 (100%)         |
| Rio de Janeiro (RJ) | 10 (20%)         | 41 (80%)         | 51 (100%)         |
| Salvador (BA)       | 9 (21%)          | 34 (79%)         | 43 (100%)         |
| São Luís (MA)       | 5 (16%)          | 26 (84%)         | 31 (100%)         |
| São Paulo (SP)      | 13 (24%)         | 42 (76%)         | 55 (100%)         |
| Teresina (PI)       | 5 (17%)          | 24 (83%)         | 29 (100%)         |
| Vitória (ES)        | 2 (13%)          | 13 (87%)         | 15 (100%)         |
| <b>Total:</b>       | <b>148 (18%)</b> | <b>686 (82%)</b> | <b>834 (100%)</b> |

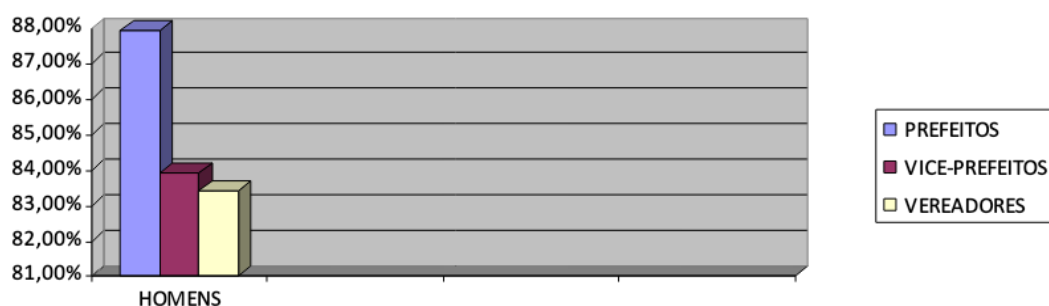
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2020.

Os dados da tabela acima demonstram que houve poucas mudanças, e as filiações femininas em comparação às masculinas, continuam com índices inferiores. A presença feminina no parlamento brasileiro demonstra que houve poucas mudanças em sua representatividade. No que se refere às filiações femininas em comparação às masculinas, continuam com índices inferiores.

Contudo, não houve impedimento no crescente aumento dos credenciamentos aos partidos políticos. Ainda que possa se observar que as construções das organizações partidárias e dos sistemas políticos-eleitorais possuem como característica marcante a hegemonia masculina nas decisões do campo político. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020). Observando atentamente aos dados coletados referente às eleições brasileiras no ano de 2020 com relação aos números de vereadores e vereadoras eleitos nas capitais brasileiras, destaca-se em assimetrias eleitorais as capitais de Campo Grande (MS) com 93% de vereadores eleitos contra apenas 7% de vereadoras eleitas, seguindo por Cuiabá com 92% dos vereadores, contra somente 8% de vereadoras eleitas. Já a cidade de João Pessoa na Paraíba conta com 96% de vereadores eleitos, ao passo que somente 4% de vereadoras eleitas. O Amazonas é outro exemplo de estado brasileiro que possui a representatividade política assimétrica na sua capital, onde 90% de vereadores homens assumiram as suas cadeiras na Câmara Municipal, em contrapartida a 10% vereadoras eleitas. Não é diferente em Porto Velho (RO) com resultados semelhantes. Na capital paranaense, dos 38 parlamentares eleitos para a Câmara dos Vereadores 79%, são homens e 21% mulheres.

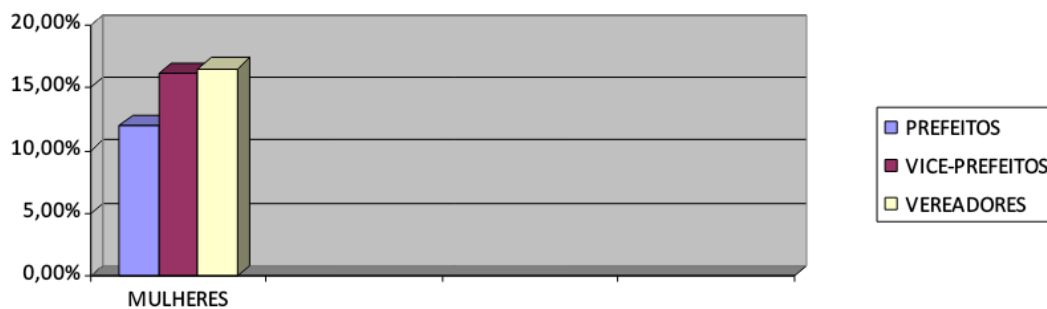
Apesar da população feminina possuir uma representatividade de 52% do eleitorado ativo, a sua representatividade nos cargos públicos continua inferior e, neste cenário político nacional, observou-se que, tanto no espectro político de direita, quanto no da esquerda, há uma representatividade assimétrica da participação feminina em relação à participação masculina nos processos eleitorais. A aplicação da Lei 9.504, que estabelece normas para as eleições, (BRASIL,1997) não é suficiente para que haja uma representatividade expressiva da participação feminina no parlamento.

Gráfico 01: Participação masculina nas eleições para cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores nas eleições de 2020 no Brasil:



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Gráfico 02: Participação femininas nas eleições para cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores nas eleições de 2020 no Brasil:



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Os gráficos acima demonstram que a participação feminina no decorrer das eleições é um referencial da assimetria política brasileira. Observa-se que, para o principal cargo do Executivo Municipal em 2020, os partidos políticos lançaram seus candidatos com um crescente número de filiações, mas somente 12% de mulheres foram eleitas. Segundo Caesar (2020), 2.496 mulheres participaram das eleições de 2020 para os cargos de prefeito, diante de um total de 19.141 candidatos, o que equivale a 13% de participação feminina neste pleito. No que tange, às reeleições observa-se que 864 prefeitos homens foram eleitos e somente 95 mulheres alcançaram a reeleição nas prefeituras brasileiras. (CAESAR, 2020)

### A participação das mulheres na política nas eleições em Curitiba 2020

O perfil familiar na política brasileira pode ser compreendido como um fenômeno que atravessa momentos singulares da história do Brasil, tanto no passado como no presente, pois

(...)encontramos continuamente sobrenomes políticos históricos e de seus parentes em espaços como do legislativo, do executivo, do judiciário, em instituições como tribunal de contas, ministério público, empresas públicas, cartórios, mídias, grandes empresas da construção civil, do setor bancário entre outros. (GOULART, 2018, p.65),

Nas eleições municipais de 2020, foram computados 942.467 votos para dos diversos candidatos que concorreram ao cargo de prefeito da capital do estado. Deste total, 3,91% (32.677votos) foram para a candidata Christiane de Souza Yared, do PL (Partido Liberal). (G1

GLOBO, 2020). Christiane é pastora evangélica e empresária. Com 62 anos, é casada com Gilmar Yared e tem 3 filhos: Gilmar Rafael Souza Yared, Jonathan Yared e Daniele Yared, formada pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Sua filiação é Althair Costa de Souza e Sulamite Souza. Christiane Yared possui o ensino médio completo, e seus vínculos políticos são como Deputada Federal - 2015-2019 (data da posse em 01/02/2015), e Deputada Federal em 2019-2023 (data da posse em 01/02/2019). Declarou como despesas de campanha o valor de R\$10.903.325,67, e R\$323.615,00 em bens. Sendo R\$3.041.200,00 total dos recursos recebidos para a sua campanha à prefeitura de Curitiba, onde R\$3.000.000,00 foram doados por seu partido. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020 a).

Carol Arns de Santa Cruz, do Partido Trabalhista Nacional (PODEMOS) obteve 2,67% dos votos totais (22.360 votos) (G1 GLOBO, 2020). Caroline Arns De Santa Cruz Arruda, filha do senador Flávio Arns, possui ensino superior completo, é advogada de profissão, natural da capital paranaense. Declarou o valor de R\$10.903.325,67 como despesas de campanha (ELEIÇÕES DE 2020) e o montante de R\$ 603.919,00 em bens. Recebeu um total de R\$1.632.700,00 de recursos para a sua campanha à prefeitura da capital paranaense em 2020. Sendo R\$1.600.000,00 da direção nacional /distrital do seu partido. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020 b).

Marisa Lobo Franco Ferreira Alves (Marisa Lobo) do Partido Avante (AVANTE) obteve 2,22% dos votos totais (18.547 votos) (G1 GLOBO, 2020). Psicóloga de profissão, é natural de Botucatu, declarou como despesas de campanha o valor de R\$10.903.325,67 e R\$300.000,00 em bens. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020 c).

Camila Cristina Lanes da Silva do PCdoB (Partido Comunista Brasileiro) recebeu 1.881 votos, 0,22% do total. (G1 GLOBO, 2020). Camila Cristina Lanes Da Silva, declarou como despesas de campanha o valor de R\$10.903.325,67. Recebeu o montante de R\$152. 431, 61 como recursos para a sua campanha à prefeitura de Curitiba em 2020, sendo R\$150.186, 61 da direção nacional do seu partido. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020 d).

Professora Samara Garratini do partido PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), foi eleita com 0,08%, correspondendo a 632 votos. (G1 GLOBO, 2020). Professora do Ensino Fundamental, declarou o valor de R\$10.903.325,67 como despesas de campanha e R\$316.349,00 como bens. Sendo R\$12.380,00 de recursos recebidos onde 10.000,00 foram doações do seu partido. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020 e).

Notoriamente para compor a 18ª legislatura paranaense com mandato para 2021 a 2024, os paranaenses elegeram 30 (78,95%) homens e 8 (21,05%) de mulheres para compor as 38 cadeiras



disponíveis. Uma quebra de paradigmas ocorreu nas eleições de 2020, principalmente para o Partido dos Trabalhadores (PT), pois sua representatividade cresceu com índices de renovação de 47%. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021)

Destaque para a eleição da vereadora Ana Carolina Moura Melo Dartora (Carol Dartora) do Partido dos Trabalhadores (PT) em seu primeiro mandato (2021-2024), por não fazer parte do círculo da tradicional política paranaense.

Carol Dartora (37 anos) foi eleita com 8.874 mil votos, sendo a primeira vereadora negra na história da conservadora legislatura paranaense, alcançando a marca de terceira mais votada. Graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Dartora possui especialização em filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua na secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBTI da APP Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná). É militante da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Negro. As Comissões na qual participa são: Direitos Humanos, Defesa da Cidadania e Segurança Pública; Educação, Cultura e Turismo e Especial da Visibilidade Negra. Participa das Frentes Parlamentares FP de Acompanhamento do Plano de Vacinação de Curitiba Covid-19; FP em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua; FP em Defesa da Advocacia e FP de Segurança Alimentar e Nutricional. Lidera a Procuradora-adjunta da Mulher (Biênio 2021/2022); 2ª vice-líder da Oposição; Líder do PT; Presidente da Comissão Especial da Visibilidade Negra e Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa da Cidadania e Segurança Pública. Seu gabinete encontra-se no Anexo 2, térreo, sala 5. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021b).

Dos 38 parlamentares que compõe a 18ª legislatura na Câmara Municipal de Curitiba destacamos as vereadoras eleitas:

- ✓ Vereadora Maria Amália Barros Tortato, 36 anos (Amália Tortato) do NOVO em seu primeiro mandato (2021-2024) com 3092 votos. Nascida em Telêmaco Borba (PR), formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Engenharia Mecânica. Trabalhava como comissária de voo desde 2006. Formada pela Renova BR<sup>21</sup>, é líder da Rede de Ação Política

---

<sup>21</sup> No site da Câmara Municipal de Curitiba, a atual vereadora Amália Tortato, define a escola de formação de políticos “RenovaBR” como: “uma escola que tem como objetivo transformar pessoas comuns em políticos fora do comum”. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021a). O **RenovaBR** é uma iniciativa (*Think Tank*) de renovação política idealizada pelo empreendedor e investidor Eduardo Mufarej. O Renova apoia o surgimento de novas lideranças políticas no Brasil através da qualificação e formação de quadros. O programa foi criado no dia 6 de Outubro de 2017. Sua primeira turma contou com 4.000 inscritos e 133 selecionados. Nas Eleições gerais no Brasil em 2018, 117 lideranças de 22 partidos foram candidatos. Desses, foram eleitos um senador, nove deputados federais e seis deputados estaduais, sendo que metade dos eleitos são filiados ao Partido Novo. Entre os eleitos destacam-se os deputados federais Joênia Wapichana, Marcelo Calero, Tabata Amaral e Vinicius Poit. O RenovaBR, bem como outros movimentos semelhantes

- pela Sustentabilidade (RAPS), e participa do Movimento político liberal só para mulheres (LIVRES e LOLA). Filiou-se em 2018 ao Partido Novo, se declarada de direita liberal, a vereadora Amália Tortato participa das comissões de Educação, Cultura e Turismo, Constituição e Justiça e Especial da Revogação de leis. Atua nas frentes parlamentares (FP) da FP em defesa da advocacia, FP do Retorno Seguro às Aulas e da Retomada Econômica e Desenvolvimento do Turismo. Seu gabinete encontra-se no anexo 2, 1º andar, sala 5. Faz parte da Corregedora da CMC (Biênio 2021/2022), sendo a 2ª vice-líder do bloco parlamentar Solidariedade/Novo. Vice-líder do Novo e vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Turismo. Atua na vice-presidência da Comissão Especial da Revogação de Leis e na vice-presidência da FP do Retorno Seguro às Aulas. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021a).
- ✓ Vereadora Flávia Carolina Resende Jaber Francischini, 42 anos (Flávia Francischini) do PSL, esposa do deputado estadual Fernando Francischini (PSL), elegeu-se vereadora para o seu primeiro mandato (2021-2024). É a primeira-secretária da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), para o biênio 2021/2022. Eleita com 4.540 votos. O envolvimento familiar na política paranaense, concretizou-se em duas chapas que concorrem na eleição majoritária de 2020: o deputado estadual Fernando Francischini (PSL), que aparece em segundo lugar nas pesquisas, escalou a esposa Flavia Francischini, também do PSL, para concorrer a uma vaga de vereadora. O detalhe é que um dos filhos de Francischini, Felipe Francischini (de um casamento anterior), fez caminho semelhante: passou pela Assembleia Legislativa do Paraná e atualmente é deputado federal pelo PSL. Flávia atuou nas campanhas do seu marido Fernando Francischini em 2018. Um aspecto interessante desta família de políticos paranaenses é o fato de Fernando Francischini ter conseguido por unanimidade a aprovação da Lei federal 13.438/2017, que garante o diagnóstico precoce para o autismo. A vereadora Flávia Francischini é advogada e ex-agente da Polícia Federal entre os anos de 2006 a 2010, participou da Secretaria Municipal Antidrogas entre 2012 e 2014. Em Brasília (DF), sua cidade natal, atuou nos cargos da defensoria pública e foi diretora de Recursos Humanos do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR) entre os anos de 2014 a 2018. É fundadora do instituto “Fazer o bem sem olhar a quem”, voltado para a orientação e o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Participa atualmente do conselho do Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar Estadual) e é coordenadora do Movimento do Orgulho Autista do Brasil no Paraná (MOAB/PR). Flávia Francischini e possui passagens pelo Partido Ecológico Nacional (PEN) hoje chamado de PATRIOTA. Participa na CMC nas comissões de Acessibilidade e Direitos da Pessoa com Deficiência, na Economia, Finanças e Fiscalização

---

de renovação, surgiu devido à crise política de 2014 e, segundo eles, ao cansaço do brasileiro da política tradicional. (WIKIPÉDIA, 2022).

e na Especial da Revogação de Leis. Está presente na FP em Defesa da Advocacia; FP de Segurança Alimentar e Nutricional e na FP do Retorno Seguro às Aulas. Seu gabinete encontra-se no Anexo 1, 3º andar, sala 1. É líder na 1ª secretária da Mesa Diretora da CMC (Biênio 2021-2022), na 1ª vice-líder do PSL e na vice-presidente da Comissão de Acessibilidade e Direitos da Pessoa com Deficiência. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021c).

- ✓ Vereadora Indiara Barbosa Custódio tem 37 anos, (Indiara Barbosa) do partido Novo. Primeira mulher a ser mais votada para a CMC com 12.147 votos, está em seu primeiro mandato (2021-2024). Natural de Umuarama (PR), foi auditora contábil em uma multinacional. Graduiu-se em Administração pela UFPR e em Ciências Contábeis pelas Faculdades Spei. Especialista pela Fundação Getúlio Vargas, cursando MBA em Gestão Estratégica e outros cursos na área de Finanças. Em 2020, formou-se no Curso RENOVA BR Cidades 2020, e foi líder em 2018 da Rede de Ação Política para Sustentabilidade (RAPS) com sede em São Paulo. Indiara Barbosa participa dos grupos Mulheres do Brasil e Mulheres Executivas. É conselheira no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR). Participa das Comissões de Economia, Finanças e Fiscalização e Especial da Revisão do Regimento Interno e participa das FP em Defesa da Advocacia; do Retorno Seguro às Aulas e do Retomada Econômica e Desenvolvimento do Turismo. Seu gabinete encontra-se no anexo 2, 1º andar, sala 6. Está presente como 1ª vice-líder do bloco parlamentar Solidariedade/Novo; Líder do Novo; Vice-presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização e Relatora da Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021d)
- ✓ Vereadora Noemia de Souza e Silva Alves Rocha, (Noemia Rocha) tem 61 anos, é casada com Carlos Rocha. Natural da cidade de Londrina (PR), Noemia, é graduada em Gestão Pública pela Fatec Internacional (Faculdade de Tecnologia Internacional). Está à frente da defesa ao combate às drogas, o empoderamento da mulher, a educação e a segurança pública. Destaca-se na luta pelos direitos do funcionalismo público e pela qualidade na área da saúde. A parlamentar Noemia Rocha é membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Curitiba (IEADC), onde por mais de 15 anos esteve na gerência e coordenação de projetos voltados à assistência social, em várias instituições. Faz parte da Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno (Adhonep), é fundadora do Núcleo de Voluntariado do Instituto Betânia de Ação Social (IBAS). Como comunicadora de rádio participou à frente do Programa Mulher Instrumento de Deus e Firme na Rocha. Com passagem pelo PDT – Partido Democrático Trabalhista, Noemia Rocha foi eleita pela primeira vez vereadora de Curitiba em 2008, com 3.810 votos. Está em seu quarto mandato (2021-2024) pelo MDB. Paranaense, conquistando em 2020 4.439 votos. No Legislativo, foi

uma das responsáveis pela criação da Frente Parlamentar em Defesa da Família e intermediou o repasse de R\$11 milhões para os hospitais de Curitiba, provenientes do orçamento próprio da CMC. Em 2016 foi corregedora da CMC na 16ª legislatura (2013/2016), período em que o Legislativo recebeu o maior número de denúncias e representações. Em sua trajetória política, Noemia Rocha já recebeu o título de vereadora mais atuante de Curitiba e uma das mais transparentes, além da medalha Mérito Eleitoral. Atualmente é a primeira procuradora-adjunta da Mulher e presidente da Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte. Atualmente é presidente do MDB Mulher Estadual. Participa, portanto, da Comissão Saúde, Bem-Estar Social e Esporte. Está na FP de Acompanhamento do Plano de Vacinação de Curitiba Covid-19; Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua; Defesa da Advocacia e da FP Segurança Alimentar e Nutricional. Seu gabinete localiza-se no Anexo I, 4º andar, sala 1. Está à frente da liderança bloco parlamentar MDB/DC; Líder do MDB é Presidente da Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte e Vice-presidente da FP de Acompanhamento do Plano de Vacinação de Curitiba Covid-19 e é Procuradora-adjunta da Mulher do Biênio 2021/2022. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021f).

- ✓ Vereadora Sargento Tânia Guerreiro está em seu primeiro mandato (2021-2024). Tânia Mara Abrão Guerreiro tem 61 anos de idade e está na reserva como Subtenente da Polícia Militar do Paraná (PM-PR). Após 35 anos de trabalho na corporação. Graduada em Pedagogia, especializou-se em Metodologia para o Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Foi educadora do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) em parceria com a PMPR e com a Secretaria de Estado de Educação para realização de atividades formativas dentro das escolas. Antes do PSL, a parlamentar Tânia Guerreiro foi filiada ao PRTB e ao PSC. Participa das Comissões sobre Educação, Cultura e Turismo; Direitos Humanos, Defesa da Cidadania e Segurança Pública. Está na FP em Defesa da advocacia. Seu gabinete encontra-se no anexo 1, 4º andar, sala 2. É a 1ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSL e a 2ª vice-líder do PSL. Antes do PSL, Tânia Guerreiro foi filiada ao PRTB e ao PSC. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021h)
- ✓ A vereadora Maria Letícia está em seu segundo mandato (2021-2024) pelo PV. Maria Letícia Fagundes é natural da cidade de Guaratuba (PR), graduada em medicina pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná e pós-graduada em Ginecologia pela Universidade de São Paulo (USP). Servidora de carreira da Polícia Científica, ela é médica legista no Instituto Médico Legal (IML). A parlamentar é fundadora da MaisMarias, organização que surgiu a partir da Campanha de Combate à Violência Contra as Mulheres, da Associação dos Médicos Legistas do Paraná. Triatleta e corredora de rua, Maria Letícia

também é idealizadora da Corrida e Caminhada MaisMarias contra a Violência. A vereadora Maria Letícia Fagundes afirma que saúde, direitos humanos, meio ambiente e direito da mulher são as causas que mobilizam seu mandato. Eleita em 2016 para o primeiro mandato com 3.311 votos pelo PV - Partido Verde, foi presidente das comissões de Direitos Humanos, Defesa da Cidadania e Segurança Pública e de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte. Foi a primeira procuradora adjunta da Procuradoria da Mulher da CMC e quarta-secretária do Legislativo na gestão 2019/2020. A parlamentar é autora de leis como a “Drink Maria da Penha”, que obriga estabelecimentos como bares, cafês, restaurantes e casas noturnas a adotarem medidas de auxílio e proteção à mulher em situação de risco de assédio. Aos 61 anos, pelo partido PV foi reeleita em 2020 com 4.019 votos. Entre os projetos de sua autoria que tramitam no Legislativo destacam-se o que institui a "Ação Municipal Curitiba Livre de Agrotóxicos", regulamentando o uso e armazenamento de agrotóxicos, o incentivo à agricultura orgânica e à agroecologia; o que cria o Dia Municipal da Conscientização quanto ao uso de produtos à base de cannabis para fins medicinais; e o que regulamenta a obrigatoriedade da separação, destinação e compostagem de resíduos sólidos orgânicos no município. Participa das Comissões Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável e Assuntos Metropolitanos e Especial da Visibilidade Negra. Está à Frente Parlamentar de Acompanhamento do Plano de Vacinação de Curitiba Covid-19; em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua; na FP em Defesa da Advocacia; FP de Segurança Alimentar e Nutricional e na FP de Retomada Econômica e Desenvolvimento do Turismo. Seu gabinete encontra-se no Anexo II, 3º andar, sala 4. Faz parte da Procuradora da Mulher (Biênio 2021/2022); da 1ª vice-líder do bloco parlamentar PT/PV; Líder do PV e da Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Assuntos Metropolitanos e Vice-presidente da FP em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021e).

- ✓ A vereadora Professora Josete está em seu quinto mandato (2021-2024). Josete Dubiaski da Silva tem 57 anos (18 de janeiro de 1964), é natural da capital paranaense. A parlamentar é servidora da Prefeitura de Curitiba licenciada. A professora Josete estudou a vida toda em instituições públicas. cursou o ensino médio no Colégio Estadual do Paraná e é formada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-graduada em organização do trabalho pedagógico. Trabalhou como bancária no extinto Banestado e, a partir de 1985, iniciou a carreira de professora na rede municipal de ensino de Curitiba. Entre os anos de 1987 e 1994 também lecionou na rede estadual. Integrou a equipe que criou o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac) e, posteriormente assumiu o cargo de presidente. É dirigente estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Professora Josete é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1990 - sua única filiação. Sua primeira eleição foi em 2004, quando recebeu 7.125 votos; se

reeleveu em quatro pleitos consecutivos: 2008 (3.884 votos), 2012 (9.208 votos), 2016 (4.432 votos) e 2020 (5.856 votos). A parlamentar ocupa a segunda-secretária da Mesa Diretora do Legislativo e suas principais bandeiras são: fiscalização da prefeitura, dos recursos e contratos públicos; a defesa da classe trabalhadora, da educação e dos serviços públicos; a valorização do funcionalismo; e a luta pela igualdade de gênero. Seu gabinete está localizado no anexo 1, 2º andar, sala 2. Faz parte das comissões Economia, Finanças e Fiscalização e Serviço Público. Está a FP de Acompanhamento do Plano de Vacinação de Curitiba Covid-19; FP em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua; FP em Defesa da Advocacia e FP de Segurança Alimentar e Nutricional. Compõe como 2ª secretária da Mesa Diretora da CMC (Biênio 2021-2022); Líder da Oposição; 1ª vice-líder do PT; 2ª vice-líder do bloco parlamentar PT/PV e Presidente da FP de Segurança Alimentar e Nutricional. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021g).

Durante as eleições municipais para a Câmara Municipal de Curitiba para o cargo de vereadoras, os respectivos partidos encaminharam os seguintes Recursos Partidários, que correspondem aos valores do Fundo Partidário, valores do Fundo Especial e outros valores, a saber: Indianara Barbosa do NOVO com um total de recursos no valor de R\$203.955,24 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020f).; Carol Dartora do PT com um total de recursos recebidos no valor de R\$ 45.894,00 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020g).; Professora Josete do PT com um total de recursos encaminhados no valor de R\$ 77.199,28 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020h).; Flávia Francischini do PSL com um total de recursos repassados no valor de R\$475.110,09 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020i).; Noemia Rocha do MDB com um total de recursos no valor de R\$110.059,95 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020j).; Sargento Tania Guerreiro do PSL com um total de recursos no valor de R\$16.810,00 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020l).; Maria Leticia do PV com um total de recursos no valor de R\$43.892,91 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020m).; Amália Tortato do NOVO com um total de recursos no valor de R\$131.097,70 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020n), valores correspondentes do Fundo Partidário.

Podemos corroborar sobre os valores recebidos pelas vereadoras eleitas, relacionando diretamente com o capital político que o seu nome representa no cenário político paranaense como constata Oliveira:

Uma família política se caracteriza pela transmissão do poder e dos cargos pelas relações familiares, muitas vezes com o mesmo sobrenome. Isso inclui desde famílias tradicionais, que operam na política desde os tempos anteriores à independência do Brasil, como os



Andrada, de Minas Gerais, até os novos políticos emergentes que criam uma nova tradição familiar na política a partir de si próprios. Nos dois casos, podemos observar como as campanhas de jovens herdeiros políticos quase sempre são as mais ricas, bem aparelhadas, com muito dinheiro dos fundos públicos [fundo partidário e fundo eleitoral], muitos cargos comissionados e cabos eleitorais. (OLIVEIRA, 2020, p.02)

O que demonstraria a não equidade dos fundos partidários, inclusive dentro dos próprios partidos, pois ocorre uma distribuição desproporcional, resquícios de tempos onde a tradição política oligárquica e patrimonialista é mais resistente, e onde o capital político permanece e se reproduz no interior das famílias dominantes.

Suas alianças são percebidas no campo político paranaense. Portanto, é preciso entender que

(...)a família é um grupo social estabelecido por meio do casamento enquanto átomo inicial. Tal laço, só pode ser decorrente de outras duas famílias. Mesmo passando pelo reconhecimento de laços que se expandem para além de relações nucleares, o casamento é o vínculo essencial para o entendimento do conceito de família.” (GOULART, 2017, p.08).

A partir destas constatações, relacionar as estruturas familiares (incluindo as importantes alianças matrimoniais) e as relações de poder, nos fornecem ferramentas de análise que descortinam os meandros da política.

No estado do Paraná, encontramos na Câmara Municipal de Curitiba aproximações no campo político das parlamentares. Flávia Francischini (União) e Sargento Tânia Guerreiro (União) integram o chamado Bloco ou Bancada Parlamentar União com oito membros. Indiara Barbosa (NOVO) e Amália Tortato (NOVO) pertencem ao chamado Bloco Parlamentar Solidariedade/Novo, com cinco membros. Carol Dartora (PT); Professora Josete (PT) e Maria Letícia do (PV), compõem o Bloco Parlamentar PT/PV com quatro parlamentares. Noemi Rocha (MDB) está no Bloco Parlamentar MDB/DC com dois membros. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2022a).

Amália Tortato (NOVO) e Indiara Barbosa (NOVO) participaram do Curso Renova BR Cidades 2020, e ambas estão em seu primeiro mandato, gestão 2021-2024 juntamente com as parlamentares Carol Dartora (PT); Flávia Francischini (União) e Sargento Tânia Guerreiro (União). Na 18ª legislatura (2021-2024) da Câmara Municipal de Curitiba as parlamentares eleitas possuem ensino superior. Houve alterações com relação a filiação partidária, pois com a fusão dos partidos do DEM e PSL, Flávia Francischini e Sargento Tânia Guerreiro migraram para União Brasil (União), formalizado em abril de 2022. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2022a).

Segundo o jornal Plural, a vereadora Maria Leticia do (PV), é a mais atuante parlamentar da CMC, integrando desta forma o Ranking de 2021, elaborado pelos jornalistas independentes

deste jornal. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2022e). Ainda que no exercício da cidadania, a baixa representação participativa e democrática restringe a participação feminina, e sua atuação no mundo, a vereadora conquistou um posto de destaque. É salutar lembrar que a atuação feminina se dá em um ambiente hostil e pouco acolhedor, não só para a mulher na política, mas também para as suas relações familiares, em um ambiente desigual entre os homens e mulheres, pois não assumem com equidade os desafios que advém das esferas da vida privada.

### Considerações finais

A 18<sup>o</sup> Legislatura da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) conta com uma bancada feminina composta por oito parlamentares eleitas para a gestão 2021-2024. Neste pleito foram eleitas Amália Tortato (Novo); Carol Dartora (PT); Flávia Francischini (União); Indiara Barbosa (Novo); Maria Leticia (PV); Noemia Rocha (MDB); Professora Josete (PT) e Sargento Tânia Guerreiro (União).

Dentre as vereadoras, a Sargento Tânia Guerreiro, Subtenente da Polícia Militar do Paraná (PMPR) na reserva, é a única militar feminina eleita, e todas as outras sete eleitas em 2020 são civis.

Da bancada feminina temos as vereadoras Sargento Tânia Guerreiro, Noemia Rocha e Flávia Francischini, que declararam pertencer a religião evangélica, enquanto as demais vereadoras não mencionaram a sua religião na página oficial da Câmara Municipal de Curitiba (CMC). (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2020).

Em 2016, o recorde foi alcançado com a presença de oito vereadoras eleitas, a maior representatividade feminina de sua história, e a atual legislatura manteve essa conquista. Das parlamentares de 2016, três se reelegeram: Professora Josete (PT) que está no seu quinto mandato; Noemia Rocha (MDB) no seu quarto mandato e Maria Letícia (PV) no seu segundo mandato.

Destaque para a eleição da vereadora paranaense Carol Dartora do Partido dos Trabalhadores (PT), que elegeu-se com 8.874 votos, sendo a primeira vereadora negra na história da legislatura paranaense.

A vereadora reeleita Professora Josete recebeu a maior votação das Eleições 2020 no Paraná com 5.856 votos, seguida da parlamentar Noemia Rocha (MDB) com 4.439 votos. Das vereadoras eleitas para o primeiro mandato destaca-se Indiara Barbosa com 12.147 votos, a mais

votada entre os 38 vereadores eleitos. Amália Tortato foi a representante da bancada feminina que recebeu menos votos, 3.092.

Indiara Barbosa (Novo) e Amália Tortato (Novo), ambas se formaram no Curso Renova BR Cidades em 2020. O Curso é oferecido e idealizado pelo investidor Eduardo Mufarej e tem como meta a renovação e apoio às novas lideranças políticas no Brasil. Eduardo Mufarej é formado em administração de empresas e sócio fundador do fundo de investimento Tarpon Investimentos, idealizador do Projeto Renova BR que visa ser um contraponto para a renovação do establishment da política no Brasil, tendo apoio de vários setores privados nacionais. (SUNO, 2022)

As agendas de pesquisa que compreendam com profundidade as relações políticas entrelaçadas com as relações de poder familiar, seus atores e ethos político, estão intimamente relacionadas com a história da organização da classe tradicional e dominante no estado do Paraná. Com suas hierarquias, as famílias históricas e tradicionais do Estado ocuparam e ainda ocupam espaços políticos e sociais importantes dentro das instituições estatais.

São famílias que distribuem, não apenas os capitais econômicos aos seus herdeiros, mas também o aprendizado adquirido a partir da caminhada pelos bastidores do poder. A influência, a tradição do nome e a força política adquirem um significado que transcende os relacionamentos interpessoais e agem em favor de seus interesses e necessidades. Podemos pensar, portanto, que famílias com sobrenomes proeminentes se mantêm por gerações nos mais altos escalões do poder e de certa forma impedem uma real democratização dos espaços políticos.

Ao consolidarem seu *habitus*, “uma grande oligarquização familiar sempre tende ao autoritarismo e a golpismos históricos para a manutenção e preservação do status quo. É uma estrutura que permite a continuidade de uma sociedade ainda baseada em características como patrimonialismo, coronelismo, mandonismos e nepotismo.” (OLIVEIRA, 2020, p. 03), estas famílias se reinventam e por conseguinte permanecem em suas redes de estruturas políticas e familiares.

Como exemplo, podemos citar a atual vereadora da cidade de Curitiba, Flávia Francischini (União). A parlamentar é casada com o político paranaense Fernando Destito Francischini, é mãe do atual deputado federal pelo Paraná Felipe Francischini, cujo avô Sérgio Francischini foi engenheiro da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Família evangélica, todos membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus e ocupam ou ocuparam cargos públicos e são um reflexo das profundas conexões entre o poder político e as relações de parentesco.

Uma intensa rede de conexões de capitais sociais e políticos, produtoras de profundas desigualdades no Brasil, acumulados ao longo de gerações (OLIVEIRA, 2016, p.14), estão atuando e esculpindo a construção histórica do Estado do Paraná e influenciando diretamente a atuação feminina no cenário das decisões políticas.

Para Oliveira, “o conhecimento da realidade social passa pelo conhecimento dos mecanismos de comando e pela construção dos projetos de poder hegemônicos na região, sempre em consonância com os projetos dominantes nacionais.” (OLIVEIRA, 2015, p.03).

Seus reflexos são percebidos no campo político nacional, pois se tornam um ambiente intenso e desafiador para a vida política da mulher que ingressa em um cenário tradicional e masculino. Este ambiente político traz em suas origens a oligarquização das estruturas de poder e seus códigos, suas tradições, nas suas formas de pensar e decidir. Os ambientes políticos são essencialmente masculinos exigindo da mulher uma postura firme e objetiva frente às decisões mais simples que a vida pública exige.

## Referências

ALMEIDA, Letícia Leal. Quando a política se torna “coisa” de família: análise das relações familiares na política paranaense nas eleições de 2014. III SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE. UDESC - Florianópolis –SC p.01 a 13, 2017.

ALVES, Alessandro Cavassin. Nepotismo como categoria de análise sociológica. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org.). **Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: LiberArs, 2018. p.119-134.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe**. Para uma crítica da antropomômica política. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979.

BERNARDI, Jorge Luiz. Vereadoras de Curitiba: poder familiar e cotas de gênero. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. 2 ed. Curitiba Urbi, 2016. p.335-380.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: Ortiz, Renato. (Org). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d’água, 2003. p. 39-72.

BRAGA, Lisandro Rodrigues de Almeida. A produção de mais valor e classes fundamentais. In: **Classe em Farrapos**. Acumulação integral e expansão do lumpemproletariado. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 25-33.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.504.** Estabelece normas para as eleições. Brasília, 30 de setembro de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CAESAR, Gabriela. Só 1 a cada 10 candidaturas a prefeito é de mulher: Nenhum partido lança mais candidatas mulheres do que homens. **G1.** 29.set.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/09/29/so-1-a-cada-10-candidaturas-a-prefeito-e-de-mulher-nenhum-partido-lanca-mais-candidatas-mulheres-do-que-homens.ghtml>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Vereadores da 18ª legislatura da Câmara Municipal de Curitiba. 2021. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Mais informações sobre os líderes de blocos parlamentares e partidos não coligados. 08.abr.2022a. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/liderancas-e-blocos-parlamentares/mais-informacoes-sobre-as-liderancas>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Vereadora Amália Tortato (NOVO).1º mandato (2021-2024): Perfil, contato, comissões das quais participa, projetos e notícias. 2021a. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/amalia-tortato>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Vereadora Carol Dartora (PT).1º mandato (2021-2024): Perfil, contato, comissões das quais participa, projetos e notícias. 2021b. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/carol-dartora>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Vereadora Flávia Francischini (União).1º mandato (2021-2024): Perfil, contato, comissões das quais participa, projetos e notícias. 2021c. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/flavia-francischini>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Vereadora Indiara Barbosa|1º mandato (2021-2024): Perfil, contato, comissões das quais participa, projetos e notícias. 2021d. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/indiara-barbosa>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Vereadora Maria Leticia (PV).|2º mandato (2021-2024): Perfil, contato, comissões das quais participa, projetos e notícias. 2021e. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/maria-leticia>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Vereadora Noemia Rocha (MDB). 4º mandato (2021-2024): Perfil, contato, comissões das quais participa, projetos e notícias. 2021f. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/noemia-rocha>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Vereadora Professora Josete (PT)|5º mandato (2021-2024): Perfil, contato, comissões das quais participa, projetos e notícias. 2021g. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/professora-josete>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Vereadora Sargento Tânia Guerreiro (União)|1º mandato (2021-2024): Perfil, contato, comissões das quais participa, projetos e notícias. 2021h. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/sargento-tania-guerreiro>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime. (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2012. p.517-543.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. CGU conclui mapeamento que visa coibir o nepotismo. 01 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2009/09/cgu-conclui-mapeamento-que-visa-coibir-o-nepotismo>>. Acesso em: 10.fev. 2022.

G1 GLOBO. Eleições 2020 no Paraná. 26.nov.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/curitiba.ghtml>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GRENFELL, Michael. Teoria do campo – Para além da subjetividade e da objetividade. In: **Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Assembleia Legislativa do Paraná: a força das linhagens políticas e das relações de parentesco. **Revista NEP**, Curitiba, PR, v.3, n.3, 2017. p. 175-194.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Coronelismo e poder local no Paraná (1880-1930)**. Curitiba: Ed. Da Autora, 2018.

IBGE. Conheça o Brasil – População: Quantidade de homens e Mulheres. 2012-2019. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado**. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MAIA, Lucas. Últimas palavras: Teses para uma Teoria das Classes Sociais. In. **As classes sociais em O capital**. Goiânia: Edições Redelp, 2020. p.61-66.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: Redes Políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n°18, jun./dez. 2007, p.150-169.

\_\_\_\_\_, Ricardo Costa de. Redes de nepotismo como processo de produção e reprodução de desigualdades. 33º encontro anual da ANPOCS - Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais, 2009.



\_\_\_\_\_, Ricardo Costa de. **Na teia do Nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Editora Insight, 2012.

\_\_\_\_\_, Ricardo Costa de. (org.). **Estado, classe dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015. 386 p.

\_\_\_\_\_, Ricardo Costa de. Famílias políticas, desigualdades e estratificação no Brasil Contemporâneo. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.academia.edu/12814454/fam>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

\_\_\_\_\_, Ricardo Costa de. (Org). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres** 2 ed. Curitiba Urbi, 2016. 598 p.

\_\_\_\_\_, Ricardo Costa de. (Org). **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018.

Ricardo Costa de. GOULART, Mônica H. H. S. Et. Al. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol.05, nº11, set-dez. 2017.

PARTIDO DO TRABALHADORES. Gleisi Hoffmann: Presidenta Nacional do PT. Disponível em: <<https://pt.org.br/gleisi-hoffmann/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RenovaBR. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/RenovaBR>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

RESENDE, Daiane Carnelos; Laibida, Luiz Demétrio Janz. Constructos teóricos de Pierre Bourdieu e Michel Foucault para análise de trajetórias políticas. In: Oliveira, R. C. de (org.). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. 2ª edição. Curitiba: urbi et orbi. 2016. p.565-584.

SUNO. Quem é Eduardo Mufarej. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/tudo-sobre/eduardo-mufarej/>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. p.115-137.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Participação da mulher nas eleições ainda é baixa. 2020. Podcast. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/radio/2010/Novembro/1419984-participacao-feminina-nas-eleicoes-ainda-e-baixa?SearchableText=participa%C3%A7%C3%A3o%20feminina%20nas%20elei%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Conheça as novas regras das eleições municipais de 2016. 05.jan.2016. Disponível em:<<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Janeiro/conheca-as-novas-regras-das-eleicoes-municipais-de-2016?SearchableText=Conhe%C3%A7a%20as%20novas%20regras%20das%20elei%C3%A7%C3%B5es%20municipais%20de%202016>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020a. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000794345>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020b. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000788669>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020c. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000727465>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020d. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160001110495>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020e. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000734609>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020f. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000647758>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020g. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160001202831>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020h. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160001202838>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020i. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000893827>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020j. Disponível em:

<<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000751510>>  
. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020l. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000893878>> . Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020m. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160001080777>> . Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. 2020n. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000647757>> . Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas Eleitoral. 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Notícias TSE 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/fim-das-coligacoes-para-eleicoes-proporcionais-aumenta-as-chances-de-mais-mulheres-na-politica?SearchableText=cotas%20para%20mulheres>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

*Recebido em:* 19 abr. 2022.

*Aceito em:* 28 maio 2022.